



PARTE A

LICITAÇÃO N.º 012/CPL/2017
PROCESSO N.º 990/2017
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

ORIGEM DOS RECURSOS: 100 – RECURSO PRÓPRIO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.05.00.00.00

DOTAÇÃO: 1317

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 720.000,00 (Setecento e vinte mil reais).

VISITA TÉCNICA E RETIRADA DO ATESTADO DE VISITA TÉCNICA: Do dia da Publicação do edital, até a véspera da data de entrega dos envelopes no horário de 10:00 às 16:00 horas.

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 09 DE JUNHO DE 2017 ÀS 10:00 HORAS

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 09 DE JUNHO DE 2017 ÀS 10:00 HORAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E TODAS AS ATIVIDADES QUE PARA TANTO SE FAÇAM NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO DE PARACAMBI.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103, mediante entrega de 01 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INFRAESTRUTURA E ENERGIAS DE PARACAMBI.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (DOZE) meses a partir da data de assinatura do contrato.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Minuta de Contrato
Anexo 7	-	Projeto Básico
Anexo 8	-	Atestado de Visita Técnica

ELIAS FERREIRA DA ROSA
Pregoeiro



PARTE B

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A Prefeitura Municipal de Paracambi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, mediante o Pregoeiro **ELIAS FERREIRA DA ROSA** e equipe de apoio: **ALESSANDRA FARIA DOS SANTOS e RONALDO CARMO GALVÃO** designados pela Portaria nº 050 de 17 de Janeiro de 2017 torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **012/CPL/2017**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 10.520 de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 4.481/2017, Decreto Municipal nº 4.482/2017 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1 – Os envelopes contendo a proposta e documentação serão recebidos na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, na sala da CPL até o dia **09 DE JUNHO DE 2017 ÀS 10:00 HORAS**. A sessão pública será realizada na sala de reuniões da CPL em **09 DE JUNHO DE 2017 ÀS 10:00 HORAS**, horário de Brasília – DF.

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas no dia e hora marcados no item 1.1.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independente de comunicação pelo Pregoeiro.

1.4 – **SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INFRAESTRUTURA E ENERGIAS DE PARACAMBI.**

1.5 - O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, na sala da CPL, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103 ou e-mail: licitacao@pmpparacambi@gmail.com, mediante entrega de 01 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

2- DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E TODAS AS ATIVIDADES QUE PARA TANTO SE FAÇAM NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, conforme descritos e especificados no ANEXO 7 – Projeto Básico.

3- PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderá participar do presente pregão presencial, a empresa que atender a todas as exigências, quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos.

3.2 - A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3.3 - Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.



3.4 - Vedada a participação de pessoas jurídicas punidas com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

3.5 – Não será admitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

3.6 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.7 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada a integrantes do Poder Público Municipal de Paracambi, por laço de matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção.

3.8 – Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

3.8.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.9 – Não será permitida a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.10 - Não será permitida a participação de sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

4 - CREDENCIAMENTO

4.1 - Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:

a) Quando o se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representá-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação dos Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata de Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela Administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa, será exigida procuração ou carta de credenciamento (Anexo 4), fora de qualquer envelope, dirigida o Pregoeiro, em original ou cópia autenticada com dados de identificação do representante, juntamente com Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata da Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

4.1.1 - A não apresentação da documentação de credenciamento, impedirá a manifestação, em nome da licitante durante a abertura e o processamento da licitação, ressaltando-se que não acarreta o afastamento da licitação, mas tão somente impede a oferta de lances verbais e a apresentação de recursos em face das decisões do Pregoeiro.



4.1.2 – Estará impedido que um mesmo agente represente mais de um licitante na sessão pública de lances.

4.2 - Deverá ser apresentado pelo licitante juntamente com o credenciamento, e fora de qualquer envelope a Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (anexo 2), inclusive para as empresas que encaminharem a documentação e proposta por via postal.

4.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 4.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

4.3 – A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5 declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que estão excluídas das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.4 – A Sociedade Cooperativa, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5.1 declarando que observa o art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que estão excluídas das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.5 – Os documentos necessários para o credenciamento poderão **ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes**, mediante apresentação do original para conferência, na CPL, situada na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 09:00 às 16:00 horas.

4.6 – Os documentos acima citados deverão ser apresentados fora dos envelopes de habilitação e proposta, e na hipótese de apresentação do Estatuto ou Contrato Social, isenta a presença dos mesmos no envelope de habilitação.

4.7 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

5 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

5.1 - No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua proposta e documentação, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:

Apresentação do envelope de proposta
ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS
LICITAÇÃO N.º 012/2017
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Apresentação do envelope de documentação:
ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
LICITAÇÃO N.º 012/2017
PREGÃO PRESENCIAL
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA



6 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1. A efetiva participação no pregão presencial dar-se-á por meio de entrega da proposta de preços, até o dia e horário previsto no item 1.1.

6.1.1 – Não será recebido nenhum outro envelope, nem será admitida a sua troca após a data e o horário previstos no item 1.1.

6.2 – A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias (original e cópia).

6.2.1 – É facultada ao licitante cotar todos, alguns ou somente um dos itens definidos no projeto básico ou termo de referência.

6.3 – A proposta de preços, deverá:

- a) conter indicação do preço unitário e total ofertado;
- b) conter a indicação da marca;
- c) conter preço final do objeto para cada item e o preço unitário ofertado na presente licitação;
- d) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;

6.4 - A Proposta de Preços poderá ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas especificações desde que esteja igual ao Formulário Oficial de Proposta, devidamente assinada, sob pena de desclassificação e sendo irrelevante qualquer acréscimo.

6.5 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

6.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do pregão presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.

6.7 - As propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO 6 deste Edital serão desconsideradas.

6.8 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) preço unitário em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.
- c) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- d) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;
- e) prazo de entrega será até 05 (cinco) dias, após autorização da ordem de fornecimento, e será definido de acordo com secretaria requisitante conforme estipulado neste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração.

6.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;

II – onde houver discrepância entre os preços parciais e os valores totais prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;

III – onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;



IV – em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;

V – em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

6.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

I – não estejam devidamente assinadas;

II – contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos.

III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;

IV – apresente preço manifestamente inexecutável ou que, comprovadamente, não puder ser executado pelo preço proposto, o que deverá ser objeto de demonstração objetiva pela Administração Municipal.

V – possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;

VI – que apresentem preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º do artigo 44 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

VII – não estejam de acordo com os itens 5.1, 6.3, 6.4.

6.10.1. A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo preponente, que, ao apresentá-lo, ensejará a desclassificação da proposta.

6.11 – No caso do Pregoeiro considerar o preço unitário como inexecutável, concederá ao respectivo proponente o prazo de 02 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do preço proposto mediante documentação comprovando que os custos do item que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

7 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

7.2 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca;

7.3 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame;

7.4 – No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

7.5 – Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão o Pregoeiro, a declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;

7.6 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até **10% (dez por cento)**, àquela de menor preço global.

7.7 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais, após observada a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, será realizado sorteio para definição da ordem de fornecimento dos lances verbais.



7.8 - Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos;

7.9 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

7.10 –O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

7.11 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.12 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada o Pregoeiro a prorrogação.

7.12.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da Sessão.

7.12.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, em segundo lugar, o de sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no §2º do artigo 45 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

7.14 – As microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, que deverão apresentar, fora dos envelopes, declaração (ANEXO 5) de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei Complementar nº 123/2006.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

8.1.1 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no §2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666 de 1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.2 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

8.2.1 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor global, obedecido o critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 8.15 do edital.

8.3 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido em primeiro lugar.

8.4 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha ser desclassificada.



8.5 - Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá apresentar contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.6 – Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedades cooperativas que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123 de 2006.

8.6.1 – Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

8.7 – Para efeito do disposto no subitem 8.6, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.7.1 – A microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, melhor classificada, será convocada para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

8.7.2 – Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, que se apresente na situação descrita no subitem 8.7.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1, na ordem de classificatória, para exercício do mesmo direito;

8.7.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

8.7.4 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, que se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 45 da Lei Complementar nº 123 de 2006, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital.

8.8 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 8.6 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.9 – A condição prevista no subitem 8.6 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou por microempreendedor individual.

8.10 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

8.11 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas no item 18.1 do edital.

8.12 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantindo ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.13 - Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor do certame.

8.14 - Na hipótese da proposta ou do lance do vencedor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua



aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por lote e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.15 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor total da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

8.16 - O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito a desclassificação da proposta.

8.17 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever a assinatura do Contrato. Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

9 - HABILITAÇÃO

9.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas e não a autenticar, na forma do art. 32 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e no art. 6º, §2 do Decreto Municipal nº 4.482/2017. No caso dos documentos a serem autenticados por servidor da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, **até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes.**

9.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidos neste Edital;

9.1.2–Nos casos em que a validade de qualquer das certidões apresentadas não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de **90 (noventa)** dias contados da data de emissão.

9.1.3 - Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.1.4 –Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua português efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.5–Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.6 - A documentação apresentada destina-se exclusivamente à habilitação da interessada na presente licitação, não implicando em qualquer processo de cadastramento para futuras licitações.

9.2. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

9.2.1 – Habilitação Jurídica

9.2.1.1 Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual;

9.2.1.2 Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhada do documento de identificação dos responsáveis;

9.2.1.3 Documentos de eleição dos atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no item 9.2.1.2 deste subitem;

9.2.1.4 Atos Constitutivos devidamente registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedades simples, acompanhando de prova da diretoria em exercício e documento de identificação;



- 9.2.1.5 Ato Constitutivo devidamente registrados no Cartório Competente, em se tratando de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, acompanhado do documento de identificação do responsável;
- 9.2.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- 9.2.1.7 Caso o respectivo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social não conste a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, a licitante deverá apresentar certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio (art. 3º da LC nº 123/2006 e arts. 1º e 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007) demonstrando a referida condição.

9.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

- 9.2.2.1 Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- 9.2.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual/ e/ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo da atividade e compatível com o objeto licitado;
- 9.2.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Contribuições Sociais e Dívida Ativa da União (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União. (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014).
- 9.2.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Negativa do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.
- 9.2.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante através da apresentação de Certidão Negativa de Regularidade de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.
- 9.2.2.6 Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF.
- 9.2.2.7 Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
- 9.2.2.8 Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Paracambi, as licitantes deverão apresentar a certidão expedida pelo Município de Paracambi e, conjuntamente, a certidão expedida pelo Município de sua sede.
- 9.2.2.9 As licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.
- 9.2.2.10 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



9.2.2.11 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

9.2.2.12 Para as licitantes estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, as Certidões da Dívida Ativa Estadual e Dívida Ativa Municipal deverão ser as expedidas, respectivamente pela Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral do Município. Para as empresas não sediadas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, o(s) documento(s) emitido(s) pelas Fazendas Municipal, Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede da licitante deverá(ão) comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar(em) acompanhado(s) de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.

9.2.2.13 O Pregoeiro, sempre quando necessário, efetuará consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, em observância à Instrução Normativa da SRF nº 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos apresentados extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

9.2.2.14 As licitantes poderão apresentar “Certificado Cadastral” em substituição aos documentos de habilitação que já constem do cadastro municipal mantido pela CPL da Prefeitura Municipal de Paracambi, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes, nos termos do inciso XIV, art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.

9.2.3 – Qualificação Econômico-Financeira

9.2.3.1 – Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, acompanhado da DHP - Declaração de Habilitação Profissional, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

ILG ≥ 1,0 obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Sendo:

ILG: índice de liquidez geral;

AC = ativo circulante;

PC = passivo circulante;

RLP = realizável a longo prazo,

ELP = exigível a longo prazo.

9.2.3.1.1 - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do último exercício social exigidos no item anterior deverão ser assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante.

9.2.3.1.2 - Na hipótese da licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constante do item 9.2.31, a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da proposta vencedora.

9.2.3.1.3 Entenda-se por “apresentados na forma da Lei”.

- a) As demonstrações Contábeis devem estar com Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com



base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de Entrega de Livro Digital;

- b) As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- c) As Demonstrações Contábeis devem ser referente a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresa constituídas no exercício em curso;
- d) Até 30 de junho serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- e) A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para a análise econômico-financeira de todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

9.2.3.2 Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou ofícios de registros competem àquelas distribuições.

9.2.3.3 As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento.

9.2.4 – Qualificação Técnica:

9.2.4.1 - Documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, a saber:

9.2.4.1.1 - Os serviços contratados são pertinentes ao ramo da engenharia elétrica, afim de que os serviços sejam executados em estrita observância das normas técnicas, bem como as regulamentadoras de segurança do trabalho. Portanto faz-se necessário a apresentação de (um ou mais) atestado de capacidade técnica, devidamente averbado, em nome do(s) Responsável(is) Técnico(s) Engenheiro(s) Eletricista(s), comprovando experiência e estando apta para a execução dos serviços ora contratados.

A empresa contratada deverá apresentar seu(s) responsável(is) técnico(s) - (RT), pela execução dos serviços e comprovar que o(s) mesmo(s) faz (em) parte de seu quadro técnico em pertinência a lei federal nº. 5.194/66.

9.2.4.1.2 - RELEVÂNCIA TÉCNICA:

- a) Prova de registro ou inscrição na entidade profissional competente – CREA –do responsável técnico, nas atividades de Engenharia Elétrica;
- b) Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável (is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, com comprovação de vínculo permanente com a mesma, podendo ser empregado, sócio ou prestador de serviços contratado pela licitante, na parcela de maior relevância a seguir especificada:
 - Instalações elétricas.

9.2.4.2 – Declaração de que a empresa disponibilizará todos os ferramentais e veículos, em bom estado de conservação, e que atenda plenamente as necessidades da execução contratual.



9.2.4.3 – Atestado de Visita Técnica conforme Anexo 9 do Edital a ser realizada nos locais de execução dos serviços por representante da licitante acompanhado do devido documento de credenciamento.

9.2.4.4 – A Visita Técnica tem por objetivo permitir que as licitantes tenham conhecimento de todos os detalhes da estrutura e das características operacionais para execução dos serviços.

9.2.4.4 – Como a Visita Técnica objetiva o conhecimento das condições dos locais de desenvolvimento dos serviços, a licitante não poderá alegar posteriormente qualquer incorreção relacionada ao não conhecimento prévio das condições de infraestrutura e dos dados necessários ao atendimento do objeto.

9.2.5.1 - Declaração, conforme modelo Anexo 3 deste Edital, consignando que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo nas condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art. 94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

10 - IMPUGNAÇÃO E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, e deverão ser formalizadas por escrito e encaminhadas ao Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação e protocoladas na sala da CPL, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, não sendo reconhecidas impugnações encaminhadas via fax/e-mail.

10.2. O Pregoeiro deverá receber as impugnações e encaminhá-las diretamente para autoridade superior que se manifestará no prazo 24 (vinte e quatro) horas;

10.2.1. As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, email ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas. Deferida a impugnação e o questionamento contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, que será publicada nos mesmos veículos de divulgação originalmente publicados reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.



10.2 – Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pelo Pregoeiro sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, email ou entrega pessoal.

10.3 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Após declarado vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal n.º 10.520/02, devendo o licitante **manifestar imediata e motivadamente** sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

11.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

11.2. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo endereçadas ao Pregoeiro, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos conforme o artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor de acordo com o disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

11.5 – O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

11.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, email, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL.

12 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

12.1.1 – No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

13 – DO RECEBIMENTO

13.1 - O objeto será recebido pela efetiva aquisição de material/prestação do serviço, observada a seguinte forma:



- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão de fiscalização após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

13.2 – Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto do contrato, o fato será comunicado à CONTRATADA, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.3 – A fiscalização do cumprimento do objeto, ficará a cargo da Comissão de Fiscalização a ser designada pela Secretaria Municipal de Administração, Educação e Esporte e Saúde, através de 3 (três) servidores designados.

14 - PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1 – Assinado contrato, o prazo máximo para o início da execução deverá ser imediato, a contar da data de autorização de início de serviço, conforme estipulado neste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

14.2 - O prazo de vigência do contrato administrativo somente poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no artigo 57, caput e parágrafos, da Lei Federal nº. 8.666/93.

15 – DO CONTRATO

15.1 – Conforme permissivo disposto no art. 62, parágrafo 4º, da Lei Federal n.º 8.666/93, em razão do fato de que o objeto licitado consiste em aquisição para entrega imediata e integral sem fixação de quaisquer obrigações futuras, fica dispensada a formalização de instrumento contratual, devendo ser este substituído por nota de empenho vinculada ao termo de referência anexo ao presente edital.

15.2 – Uma vez adjudicado o objeto e homologada a licitação, o MUNICÍPIO convocará a LICITANTE para assinar o contrato no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, prorrogável, a critério da Administração, por igual período.

15.3 – Presume-se a desistência da LICITANTE de celebrar o contrato quando, esgotado o prazo respectivo estipulado para sua celebração, não tenha ocorrido a aposição de assinatura de seus representantes legais no instrumento formal do contrato.

15.4 – Na hipótese de desistência, o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda o edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor.

15.5 – Nas situações previstas no subitem 15.3, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

15.6. Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, está poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

16 – DA GARANTIA

16.1 – O MUNICÍPIO a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de 2% (dois por cento) do valor da contratação, a ser restituída após a execução satisfatória das obrigações da CONTRATADA.

16.2 – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do contrato.

16.3 – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e dois) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.



17 – DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

17.1 – A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo das Secretarias Municipais de Administração, Educação e Esporte e Fundo Municipal de Saúde.

17.2 – Os atos da fiscalização realizados pelo **MUNICÍPIO** não eximirão a empresa a ser **CONTRATADA** de qualquer responsabilidade decorrentes da execução do contrato.

18 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DE MAIS PENALIDADES

18.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a **licitante**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso ou pelo atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos, aplicada por dia de atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 de 2002.

18.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do **Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou do Procurador Geral**, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

a) A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

18.1.2 – A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

18.1.3 – Cada uma das sanções previstas nas alíneas “a”, “e”, “f” do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra “b”, “c”, “d”.

18.1.4 – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

18.1.5 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.



18.1.6 - A aplicação das sanções previstas no item 18 observará o disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017.

18.1.7 - O prazo de impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

19 – RESCISÃO

19.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

20 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. Os recursos financeiros correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: 100 – RECURSO PRÓPRIO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.05.00.00.00

DOTAÇÃO: 1317

21 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1 – O **MUNICÍPIO** fará o pagamento referente prestação do serviço, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo Município.

22.2 – Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente a execução do objeto contratual.

21.3 – Não serão considerados efetivamente contemplado por qualquer entrega do objeto contratual os itens que esteja em desacordo com as descrições contidas neste Edital e no Termo de Referência, sujeitando a contratada à obrigação de reparar, corrigir ou substituir a prestação respectiva em caráter imediato.

21.4 – O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 4.481/2017.

21.5 – O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** promover a entrada do pedido de pagamento, obedecendo o disposto no art. 40, XIV, “a” da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

21.6 – Caso se faça necessária a representação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

21.7 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

21.8 – Caso o atraso de pagamento ultrapasse um ano, o valor será corrigido pelo IPCA.

22 – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

22.1 – Na contagem dos prazos estabelecidos do edital, nos termos do art. 110, da Lei Federal nº 8.666/93, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.



22.2 – Só se vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente no órgão.

23 – ESTIMATIVA DE PREÇO

23.1 – O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$ 720.00,00 (Setecentos e vinte mil reais)**, conforme especificações do Projeto Básico

23.2 – Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer com periodicidade anual e deverão utilizar o índice do IPCA.

23.2.1 – O advento do novo instrumento de negociação coletiva (acordo, convenção ou sentença normativa) que importe em aumento comprovado dos custos da mão de obra empregada na consecução do objeto licitado poderá ensejar a concessão de reequilíbrio da cláusula econômica do contrato administrativo, mediante expresso requerimento do contratado e após ultrapassados, no mínimo, 12 meses de vigência do acordo, convenção ou sentença normativa elencado pelo licitante em sua proposta.

23.2.2 – Em caso de renovação fundada no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, caberá ao contratado ressaltar expressamente o direito ao reajuste e ao reequilíbrio como condição para renovação, sob pena de preclusão.

23.2.3 – O requerimento de reequilíbrio deverá ser instruído com demonstração analítica da alteração dos custos, por meio da apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta o reequilíbrio.

23.3 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

24 – PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS

24.1 – Serão aceitos como preços máximos a serem praticados, os preços apresentados na Estimativa Orçamentária, sendo desclassificados os itens cujos preços apresentados estejam acima destes valores.

25 – VISITA TÉCNICA

25.1 - As empresas licitantes deverão visitar os locais onde serão realizados os serviços, de acordo o estipulado na Parte A do presente Edital.

25.2 - As visitas destinam-se à vistoria, avaliação e ciência das empresas interessadas acerca das condições do local e peculiaridades atinentes à realização dos serviços que compõem o objeto da licitação, para fins de elaboração da proposta e demais efeitos decorrentes desse Edital.

25.3 - As visitas deverão ser feitas por profissional capacitado da empresa interessada, o qual deverá estar munido de documento de identificação, e previamente agendadas.

25.4 - No dia e hora agendados, um servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energias de Paracambi acompanhará a visita das empresas interessadas, emitindo a cada uma delas um "Atestado de Visita Técnica", que constitui requisito de habilitação.

26 – DISPOSIÇÕES GERAIS



26.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.1.1 - É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase de licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deverá constar originalmente da proposta.

26.2. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 81 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93 e das previstas ainda na Lei Federal nº 10.520 de 2002.

26.3. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, tel.: (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103.

26.4 – Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2 poderão ser feitas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes da entrega dos envelopes.

26.5 – Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

26.6 – A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para prática do ato de revogação ou anulação.

26.7 – As quantidades mencionadas na proposta ofertada referem-se a previsão de consumo, as quais não implicam em obrigatoriedade de contratação de tais volumes de fornecimento pela Administração durante a vigência do Contrato, servindo apenas como referencial para a elaboração da proposta dos licitantes.

26.8 – Não será aceita a forma de subcontratação na execução do contrato com exceção do estabelecido no item 4 do Projeto Básico.

26.9 - O Pregoeiro manterá em seu poder, até a formalização do contrato/ata de registro com o Adjudicatário, os envelopes de habilitação fechados dos licitantes que não tiveram seus documentos analisados. Após e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes deverão ser notificados a retirar os envelopes de habilitação, no prazo de 60 dias. Se houver recusa expressa ou tácita do interessado, o pregoeiro estará autorizado a inutilizá-los.

26-INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Minuta de Contrato
Anexo 7	-	Projeto Básico
Anexo 8	-	Atestado de Visita Técnica

ELIAS FERREIRA DA ROSA
Pregoeiro



ANEXO 1 FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA

Processo n.º 990/2017

Licitação n.º 012/CPL/2017

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Tipo: MENOR PREÇO UNITÁRIO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E TODAS AS ATIVIDADES QUE PARA TANTO SE FAÇAM NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO DE PARACAMBI.

EMPRESA:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

BANCO/AGÊNCIA:

CONTA BANCÁRIA Nº:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E TODAS AS ATIVIDADES QUE PARA TANTO SE FAÇAM NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO DE PARACAMBI		
VALOR TOTAL R\$			

PRAZO DE ENTREGA: EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, APARTIR AUTORIZAÇÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

DATA:

Carimbo de CNPJ

Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identificado



ANEXO 1.1 ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E TODAS AS ATIVIDADES QUE PARA TANTO SE FAÇAM NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO DE PARACAMBI.	R\$ 60.000,00	R\$ 720.000,00
VALOR TOTAL R\$ 720.000,00 (Setecentos e vinte mil reais).			

PREÇOS COLETADOS JUNTO AO MERCADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



ANEXO 1.2
PLANILHA DE PREÇOS - LÂMPADAS

LÂMPADAS			
Descrição das Lâmpadas	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
Lâmpada de vapor de sódio de 70w – 110/220v. fornecimento e colocação.	300		
Lâmpada de vapor de sódio de 150w – 110/220v. fornecimento e colocação.	300		
Lâmpada de vapor de sódio de 250w – 110/220v. fornecimento e colocação.	300		
Lâmpada de vapor de sódio de 400w – 110/220v. fornecimento e colocação.	300		
Total			



ANEXO 1.3
PLANILHA DE VEICULOS

ITEM	DESCRIPTIVO	UNID	QTDE	PREÇO UNITR\$	PREÇO TOTAL R\$
01	VEICULO DE PASSEIO, 5 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, MOTOR BIOCOMBUSTIVEL (GASOLINA E ÁLCOOL, DE 1,6, COM AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA E VIDROS DIANTERIOS ELTRICOS, INCLUSIVE MOTORISTA.	UN	H		
03	CAMINHÃO CARROCERIA FIXA, CAPACIDADE DE 7,5T, CESTO DUPLO, COM MOTORISTA, OPERADOR, MATERIAL DE OPERAÇÃO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: GUINDASTE ACOPLADO DE 15,5TF/M DE MOMENTO DE CARGA UTIL, LANÇA COM CESTO DUPLO COM ALCANCE DE 16M DE ALTURA, SINALIZADOR VISUAL ROTATIVO AMARELO OU AMBAR, CUSTO HORARIO IMPRODUTIVO (MOTOR FUNCIONANDO) (DESONERADO).	UN/MES	12		

Observações:

- 1 - Todos os produtos relacionados neste Anexo deverão ser de 1ª qualidade e estarão sujeitos à prévia aprovação da CONTRATANTE.
- 2 - Entende-se como similar o produto de outra marca que possua qualidades iguais ou superiores aos referenciados.
- 3 - Os produtos encaminhados deverão estar acompanhados das notas fiscais correspondentes ou relação, as quais deverão ser recebidas e conferidas pelo setor responsável pela fiscalização



ANEXO 1.4
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

IA - REMUNERAÇÃO					
Descrição	QT	HORAS UNIT.	SALÁRIO UNIT.(R\$)	HORAS TOTAL	SALÁRIO TOTAL (R\$)
ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.	H				
AUXILIAR DE ESCRITORIO	H				
ENCARREGADO PARA SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PUBLICA	H				
ENGENHEIRO ELETRICISTA	H				
TOTAL					R\$

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
1	SALÁRIOS	
2	ADICIONAL NOTURNO	
3	PLANTÃO/HORAS EXTRAS	
4	ADICIONAL PERICULOSIDADE	
5	ADICIONAL INSALUBRIDADE	
TOTAL DE REMUNERAÇÃO		

IB - ENGARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
ITEM	DESCRIÇÃO	QT	VALOR (R\$)
GRUPO A - OBRIGAÇÕES SOCIAIS			
6	PREVIDÊNCIA SOCIAL		
7	F.G.T.S. E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
8	SALÁRIO EDUCAÇÃO		
9	SESI/SENAC		
10	SENAI/SENAC		
11	INCRA		
12	SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO (BAIXO,MÉDIO OU ALTO)		
13	SEBRAE		
SOMA DO GRUPO A			
GRUPO B - TEMPO NÃO TRABALHANDO IIA+IIB (FÉRIAS+AUS.)			
14	FÉRIAS		
15	AUXÍLIO DOENÇA		
16	LICENÇA MATERNIDADE/PATERNIDADE		
17	FALTAS LEGAIS		
18	ACIDENTE DE TRABALHO		
19	AVISO PRÉVIO TRABALHADO		
SOMA DO GRUPO B			
GRUPO C – GRATIFICAÇÕES			
20			
21			
SOMA DO GRUPO C			
GRUPO D – INDENIZAÇÕES			



22	DEM. S/ JUSTA CAUSA (IND. COMPENSATÓRIA)+CONTRIB.SOCIAL		
23	AV. PRÉVIO IND.+(13°+FÉRIAS+ADIC.1/3IND.)		
24	INDENIZAÇÃO ADICIONAL		
25	FGTS S/ AVISO PRÉVIO INDENIZ.+13° INDENIZ.		
SOMA DO GRUPO D			
GRUPO E - INCIDÊNCIA CUMULATIVA			
26	INCID.CUM.GRUPO A X GRUPO B		
27	INCID.CUM.GRUPO A X GRUPO C		
28	INCID.CUM.GRUPO C X GRUPO B		
29	INCID.CUM.GRUPO A X (GRUPO C X GRUPO B)		
SOMA DO GRUPO E			
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS			
IC - INSUMOS DE MÃO-DE-OBRA			
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	
30	TRANSPORTE		
31	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (VALES, CESTAS BÁSICA ETC.)		
32	UNIFORMES/EPI/EPC		
33	ASSISTÊNCIA MÉDICA		
34	TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO/RECICLAGEM		
TOTAL DE INSUMOS DE MÃO-DE-OBRA			
TOTAL DE MÃO-DE-OBRA			
III - CUSTOS COMPLEMENTARES			
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	
35	MATERIAIS DE REPOSIÇÃO, PEÇAS E/OU SERVIÇOS VARIÁVEIS		
36	MATERIAL DE CONSUMO		
37	MATERIAL ADMINISTRATIVO		
38	FERRAMENTAS		
39	EQUIPAMENTOS DE CALIBRAÇÃO		
TOTAL DE CUSTOS COMPLEMENTARES			
IV - CUSTO DOS SERVIÇOS			
V – ADMINISTRAÇÃO (ENCARGOS ADMINISTRATIVOS E GERENCIAIS)			
40	SUBTOTAL ATÉ IV		
41	DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS		
42	LUCRO		
43	TOTAL V		
VI - CUSTO DOS SERVIÇOS + ADMINISTRAÇÃO			
VII – TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS (PIS, COFINS, ISS, IR E CONT. SOCIAL)			
44	SUBTOTAL ATÉ VI		



45	PIS		
46	COFINS		
47	ISS		
48	IR		
49	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
TOTAL VII			

VIII - TOTAL GERAL	
TOTAL GERAL	



ANEXO 2

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada a Rua _____, DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade Pregão Presencial nº ____/CPL/2017.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 3 MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social:

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Presencial nº 012/CPL/2017 nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 4 MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

Comissão Permanente de Licitação

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/CPL/2017

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a), nacionalidade, cédula de identidade nº, emitido pelo, para, em nome da(nome da empresa)....., participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO 5
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/CPL/2017

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade n _____ e do CPF/MF n _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é _____ (MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 5.1
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006 (SOCIEDADES COOPERATIVAS)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/CPL2017

Prezados Senhores,

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de Identidade n _____ e do CPF/MF n _____, DECLARAR, sob as penas da Lei, que observa o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.



ANEXO 6 MINUTA DE CONTRATO

MINUTA –CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E TODAS AS ATIVIDADES QUE PARA TANTO SE FAÇAM NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO DE PARACAMBI.

O **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 29138278/0001-01, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, neste representado pelo Ilmo. Senhor Secretário Municipal de _____ carteira de identidade nº _____ e CPF/MF nº _____, doravante denominado apenas **MUNICÍPIO**, e a _____, situada

inscrita no CNPJ nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, portador da identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF: _____, residente na _____,

_____, celebram o presente CONTRATO Nº _____, conforme processo administrativo nº _____, que se regerá por toda legislação aplicada à espécie, especialmente as normas contidas na Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações; no Decreto Municipal nº 4.482/2017 e suas alterações, observando, ainda, as seguintes cláusulas e condições:

ÍNDICE

CLAUSULA	TITULO
1º	DO OBJETO
2º	DO PRAZO
3º	DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
4º	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
5º	DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL
6º	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7º	DA EXECUÇÃO
8º	DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL
9º	DA RESPONSABILIDADE
10º	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
11º	DA GARANTIA
12º	DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13º	DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO
14º	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES
15º	DO RECURSO AO JUDICIÁRIO
16º	DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO
17º	DA RESCISÃO
18º	DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO
19º	DA CONTAGEM DOS PRAZOS
20º	DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
21º	DO FORO DE ELEIÇÃO



CLÁUSULA PRIMEIRA– DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E TODAS AS ATIVIDADES QUE PARA TANTO SE FAÇAM NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, conforme especificado no seguinte quadro:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

Parágrafo primeiro. Os serviços contratados serão executados na forma especificada no Projeto Básico.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA**, de acordo com o contido no Processo Administrativo nº 990/2017, obriga-se a prestação dos serviços descritos no quadro acima, nas condições estipuladas neste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo segundo. O prazo de vigência poderá ser prorrogado apenas nas condições previstas no artigo 57 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato, notificando a **CONTRATADA**, formal e tempestivamente, todas as irregularidades observadas;
- ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregados da **CONTRATADA** que estiverem sem uniforme ou chachá, que embarçar sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, na formas definida no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato;
- fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato, proporcionando todos os meios necessários ao desempenho dos serviços contratados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- observar, na execução do contrato, as normas e especificações técnicas a que estiver vinculado, bem como as estabelecidas neste contrato, no Edital e no Projeto Básico;
- arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) necessários ao exato cumprimento das obrigações contratuais;



- c) providenciar junto aos órgãos competentes, sem ônus ao **MUNICÍPIO**, todos os registros, licenças e autorizações necessárias ao exato cumprimento das obrigações contratuais;
- d) empregar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, acessórios, instalações e mão-de-obra qualificada necessários à total e perfeita execução dos serviços;
- e) manter seu pessoal devidamente uniformizado e identificando-os através de crachás, com fotografia recente, durante a execução dos serviços, responsabilizando-se por todos os cuidados relativos à segurança de seus funcionários e eventuais sub-contratados, que deverão utilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual "EPI" necessários e observar as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, bem como as orientações do **MUNICÍPIO**, respondendo por eventuais descumprimentos;
- f) identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não confundi-los com os similares de propriedade deste **MUNICÍPIO**;
- g) nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos permanecendo no local de sua prestação, em tempo integral, fiscalizando, ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Estes encarregados deverão reportar-se, quando houver necessidade, à fiscalização deste **MUNICÍPIO** e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas;
- h) substituir, as suas custas e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, os funcionários que, a critério do **MUNICÍPIO**, apresentarem comportamento inadequado, ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;
- i) as eventuais alterações do quadro de funcionários, seja para a substituição eventual ou definitiva, deverão ser previamente comunicadas ao **MUNICÍPIO**;
- j) permitir ao contratante, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso aos serviços, bem como atendendo, prontamente, às determinações que lhes forem feitas, com propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;
- k) manter, em lugar acessível a qualquer momento, um "Livro de Ocorrências" para registro de ocorrências e irregularidades constatadas no decorrer da execução contratual;
- l) responder por violação ao direito de uso de materiais, métodos ou processo de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e /ou comissões que forem devidas;
- m) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do **MUNICÍPIO** ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;
- n) executar o objeto contratado com zelo, diligência e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável a serviço dessa natureza;
- o) acatar as determinações da fiscalização do **MUNICÍPIO**, no sentido de substituir de imediato os serviços com vícios, defeitos ou imperfeições;
- p) disponibilizar o pessoal necessário à execução do contrato, sob sua inteira responsabilidade, obrigando-se a observar todas as prescrições relativas às Leis Trabalhistas, previdenciária, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;
- q) arcar com o ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer da execução dos serviços contratados, reponsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do **MUNICÍPIO**;
- r) responder, por si e por seus sucessores, integralmente e em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados por seus empregados, prepostos ao contrato e a terceiros;



- s) empregar quando da execução dos serviços, até o final, profissionais idôneos e habilitados, de acordo com o gabarito técnico indispensável;
- t) manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- u) efetuar os serviços contratados obedecendo-se, fiel e integralmente, todas as condições nele estabelecidas, bem como as instruções e determinações expedidas pela fiscalização do contrato;
- v) comparecer espontaneamente em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista ajuizada por seus empregados contra o **MUNICÍPIO**, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora, substituindo-o no processo até o julgamento final, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;
- w) reparar quaisquer danos de sua responsabilidade, quer sejam ocasionados por materiais, equipamentos e/ou mão-de-obra ou decorrentes de ação ou omissão, inclusive negligência, imperícia, imprudência ou desídia, casual ou proposital, que tenham sido causados a quaisquer equipamentos do **MUNICÍPIO** e/ou a terceiros, bem como por erros ou falhas na execução ou administração dos serviços;
- x) correrão por conta, responsabilidade e risco da **CONTRATADA** as consequências de imprudência, negligência ou imperícia sua e de seus empregados ou prepostos, notadamente:
 - i. má qualidade dos serviços prestados;
 - ii. violação do direito de propriedade industrial;
 - iii. furto, perda, roubo, deterioração ou avarias de materiais ou equipamentos;
 - iv. ato ilícito seu e de seus empregados ou prepostos que tenham reflexos danosos para o cumprimento da execução contratual;
 - v. acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, com seus empregados ou terceiros, na execução dos serviços necessários à execução contratual ou em decorrência da execução deles.
- y) O **MUNICÍPIO** poderá determinar a paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica ou de segurança, ou ainda, de observância ou desobediência às suas determinações, cabendo a **CONTRATADA**, quando as razões da paralisação lhes forem imputáveis, todos os ônus encargos decorrentes;
- z) quaisquer erros ou imperícias na execução do contrato, constatados pela Comissão de Fiscalização, obrigarão a **CONTRATADA**, à conta e risco, repor as parcelas de serviços impugnados, sem prejuízo de Ação Regressiva contra quem tiver dado causa;
- aa) obriga-se, ainda, a **CONTRATADA** a:
 - i. obedecer, estrita e rigorosamente, aos prazos e condições estabelecidos no Projeto Básico e no Edital, cabendo ao **MUNICÍPIO**, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a execução do contrato ou aplicar penalidades cabíveis, sem que assista à **CONTRATADA** qualquer direito a indenização;
 - ii. submeter à prévia aprovação do titular do órgão contratante qualquer alteração das especificações originalmente pactuadas;
 - iii. apresentar ao **MUNICÍPIO**, sempre que solicitado, os comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, mediante cópia autenticada, assim como comprovante de pagamento dos salários e demais parcelas trabalhistas aos empregados utilizados para a consecução do objeto contratual;



iv.comunicar ao fiscal dos serviços, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os motivos de força maior que possam justificar as interrupções dos serviços.

- bb) prestar serviços com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, observando todas as especificações técnicas exigidas no projeto básico/termo de referência;
- cc) empregar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, acessórios, instalações e mão-de-obra qualificada necessários à total e perfeita execução dos serviços;
- dd) entregar o material devidamente embalado, de forma a não ser danificado durante as operações de transporte, carga e descarga, responsabilizando-se pelas despesas decorrentes da entrega, bem como pelo risco de perdas, até o efetivo recebimento pelo **MUNICÍPIO**;
- ee) cumprir com todas as obrigações fixadas no Projeto Básico, Termo de Referência e demais instrumentos integrantes do Edital.
- ff) manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93;
- gg) garantir por 12 (doze) meses, o material e/ou serviço prestado, a contar do recebimento definitivo deste.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL

Dá-se a este contrato o valor total estimado de R\$ ____ (____) sendo este valor passível de alteração pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 §§ da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. Consideram-se incluídos no preço oprevisto no *caput* desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

ORIGEM DOS RECURSOS: 100 – RECURSO PRÓPRIO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.05.00.00.00

DOTAÇÃO: 1317

NOTA DE EMPENHO: _____

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



Parágrafo primeiro. A execução do objeto contratual observará o descrito no Projeto Básico, podendo ser acrescido, revisto e alterado mediante justificada necessidade e aprovação, considerados o estudo de viabilidade econômica, a dotação orçamentária, condições operacionais, assegurados o equilíbrio econômico-financeiro e os limites legais aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo **MUNICÍPIO**, à qual compete:

- a) fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- b) notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das penas previstas na cláusula décima quarta;
- c) suspender a execução do serviço julgado inadequado;
- d) sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;
- e) exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse público, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**.
- f) Analisar a prestação de contas parcial e final do contrato.

Parágrafo primeiro. Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, a qualquer tempo durante a vigência deste contrato, exceto no caso da aplicação de penas, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às dependências da **CONTRATADA**, podendo lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo quinto. A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.



Parágrafo sexto. Os membros da comissão de fiscalização, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo sétimo. Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

Parágrafo oitavo. O objeto do contrato será recebido após a devida conclusão, observada a seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo nono. Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à **CONTRATADA**, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, mesmo durante o último período de recebimento definitivo, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE

Os serviços que compõem o objeto do presente contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **MUNICÍPIO**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos devidos à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **MUNICÍPIO** fará o pagamento das parcelas referentes à prestação dos serviços por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo **MUNICÍPIO**.



Parágrafo primeiro. Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente aos serviços efetivamente prestados.

Parágrafo segundo. Em caso de desconformidade na execução do serviço, o **MUNICÍPIO** não efetuará o pagamento ou pagará apenas o valor correspondente aos serviços satisfatoriamente executados no período, efetivamente apurados.

Parágrafo terceiro. Não serão considerados prestados quaisquer serviços executados em desacordo com as especificações contidas neste contrato, no edital e no projeto básico, sujeitando a **CONTRATADA** à obrigação de reparar, corrigir ou substituir a prestação respectiva em caráter imediato.

Parágrafo quarto. Não serão considerados quaisquer serviços executados que não estejam discriminados no Projeto Básico.

Parágrafo quinto. O prazo para pagamento é até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, nos termos do art. 40, XIV, a da Lei Federal nº 8.666/93, desde que o respectivo pedido seja apresentado isento de erros e na repartição competente.

Parágrafo sexto. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva representação.

Parágrafo sétimo. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

Parágrafo oitavo. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo nono. No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao **MUNICÍPIO**, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da parcela devida, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso;

Parágrafo décimo. O pagamento será procedido nos termos do Decreto Municipal nº 4.481/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

A **CONTRATANTE**, até 05 (cinco) dias após a data de assinatura do contrato, caso venha a ser solicitado pela Administração, deverá fornecer a garantia da execução contratual de 2% (dois por cento) do valor da contratação, a ser apresentada, em uma das modalidades previstas no § 1º, do artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/93, a saber:



- a) caução em dinheiro;
- b) seguro – garantia;
- c) fiança bancária.

Parágrafo primeiro. A validade da garantia de execução deverá no mínimo coincidir com o prazo de vigência deste contrato.

Parágrafo segundo. Em caso de prorrogação da vigência do contrato, a garantia oferecida, se tiver prazo de vigência, deverá ser prorrogada por idêntico período.

Parágrafo terceiro. A garantia prestada pela **CONTRATADA** somente será restituída após o integral cumprimento do termo do Contrato objeto do presente instrumento licitatório, podendo ser retida pelo Município se necessário, para quitar eventuais obrigações da **CONTRATADA**.

Parágrafo quarto. Em caso de rescisão do Contrato, motivada por culpa da **CONTRATADA**, a garantia reverterá integralmente aos cofres do **MUNICÍPIO**, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.

Parágrafo quinto. Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, o **MUNICÍPIO** recorrerá à garantia citada a fim de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela empresa **CONTRATADA**, com o intuito de reparar tais danos. A **CONTRATADA** ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de 03 (três) dias úteis após sua notificação.

Parágrafo sexto. O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA** ocorrerá apenas após o recebimento definitivo dos serviços

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O contrato poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

Parágrafo primeiro. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo único - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante



demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do serviço, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, sobre o valor correspondente ao valor da parcela em atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da **CONTRATADA**;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo primeiro –A aplicação de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do órgão gerenciador, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

Parágrafo segundo –A imposição das demais penalidades é de competência exclusiva do PREFEITO, a teor do disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo terceiro - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

Parágrafo quarto –As sanções previstas nas alíneas a, e, f do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as sanções previstas nas alíneas b, c, d, facultada a defesa na forma prevista no Parágrafo Quarto.

Parágrafo quinto – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido o desconto correspondente sobre o primeiro documento de

Comissão Permanente de Licitação



cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até a completa quitação.

Parágrafo sexto –A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo sétimo –O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo único - Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **MUNICÍPIO** e devidamente especificado no Projeto Básico, sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

Parágrafo primeiro. O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **MUNICÍPIO**, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições ou ainda por interesse público superveniente, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo primeiro - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

Parágrafo segundo -A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo primeiro – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

Parágrafo segundo. O município encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irremediáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice do IPCA.

Parágrafo primeiro -O advento do novo instrumento de negociação coletiva (acordo, convenção ou sentença normativa) que importe em aumento comprovado dos custos da mão de obra empregada na consecução do objeto licitado poderá ensejar a concessão de reequilíbrio da cláusula econômica do contrato administrativo, mediante expresse requerimento do contratado e após ultrapassados, no mínimo, 12 meses de vigência do acordo, convenção ou sentença normativa elencado pelo licitante em sua proposta.

Parágrafo segundo – Em caso de renovação fundada no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, caberá ao contratado ressaltar expressamente o direito ao reajuste e ao reequilíbrio como condição para renovação, sob pena de preclusão.

Parágrafo terceiro – O requerimento de reequilíbrio deverá ser instruído com demonstração analítica da alteração dos custos, por meio da apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta o reequilíbrio.

Parágrafo quarto – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo quinto - A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93.



CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, de de 20__.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA

Testemunhas

1 _____

2 _____



ANEXO 7

PROJETO BÁSICO

SUMÁRIO

- 01.0 – JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO
- 02.0 – OBJETO
- 03.0 – DEFINIÇÃO DOS SERVIÇOS
- 04.0 – CAPACIDADE TÉCNICA
- 05.0 – ESPECIFICAÇÕES
 - 05.1 – DA MÃO DE OBRA
 - 05.2 – DOS SERVIÇOS DE GESTÃO
 - 05.3 – DOS MATEIRAIS ELÉTRICOS
 - 05.4 – DOS EQUIPAMENTOS
- 06.0 – QUANTITATIVO DA JORNADA E SETORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS
- 07.0 – LUMINÁRIAS, BRAÇOS E POSTES
- 08.0 – ÍNDICE DE PREÇOS E VALOR GLOBAL DOS SERVIÇOS
- 09.0 – CONSIDERAÇÕES FINAIS



01.0 – JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO:

A iluminação pública representa um fator importante para a população de Paracambi, principalmente no tocante à segurança pública. Por isso torna-se fundamental a execução do “**Serviço de manutenção do sistema de Iluminação Pública (IP) com a gestão dos serviços e do atendimento às reclamações dos munícipes**”, como maneira de oferecer um índice de apagamento inferior a 2% (dois por cento), em toda a faixa de domínio do município.

Também será exigido que todo material retirado do sistema contendo elementos químicos poluentes e sujeitos a contaminação ambiental, sejam destinados para processo de descarte, respeitando as normas vigentes, bem como os preceitos de sustentabilidade.

02.0 – OBJETO:

O presente projeto básico tem como objetivo principal a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E TODAS AS ATIVIDADES QUE PARA TANTO SE FAÇAM NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pelo período de 12(doze) meses.

02.0.1 Legislação

- Lei nº 1.205/2016 - LDO 2017 - Programa 57 cidade Luz – Ação 2023 Ampliar Manter os Serviços de Iluminação Pública.
- Resolução ANEEL nº 414 de 09/09/2010.

03 – DEFINIÇÕES DOS SERVIÇOS:

Os serviços compreenderão a manutenção de todo o sistema de iluminação pública do município com a gestão do atendimento, bem como, descarte dos materiais poluentes e o fornecimento dos materiais necessários ao fiel desempenho dos serviços, que serão executados em estrita conformidade com as especificações e demais elementos técnicos relacionados neste projeto básico, bem como as respectivas leis vigentes.

04 – CAPACIDADE TÉCNICA:

Os serviços contratados são pertinentes ao ramo da engenharia elétrica, afim de que os serviços sejam executados em estrita observância das normas técnicas, bem como as regulamentadoras de segurança do trabalho. Portanto faz-se necessário a apresentação de (um ou mais) atestado de capacidade técnica, devidamente averbado, em nome do(s) Responsável(is) Técnico(s) Engenheiro(s) Eletricista(s), comprovando experiência e estando apta para a execução dos serviços ora contratados.

A empresa contratada deverá apresentar seu(s) responsável(is) técnico(s) - (RT), pela execução dos serviços e comprovar que o(s) mesmo(s) faz (em) parte de seu quadro técnico em pertinência a lei federal nº. 5.194/66.

04.1 – RELEVÂNCIA TÉCNICA:

- Prova de registro ou inscrição na entidade profissional competente – CREA –do responsável técnico, nas atividades de Engenharia Elétrica;
- Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável (is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, com comprovação de vínculo permanente com a mesma, podendo ser empregado, sócio ou prestador de serviços contratado pela licitante, na parcela de maior relevância a seguir especificada:
 - Instalações elétricas.



05 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

05.0 DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO (MÃO DE OBRA):

Para a execução dos serviços a empresa terá que disponibilizar uma equipe formada pelos seguintes profissionais:

05.1.1 – Engenheiro eletricista para o planejamento, coordenação e supervisão técnica das atividades, conforme item AD 39.05.0122 DO SCO.

01 x 176h/mês x 12 meses = 2.112h;

05.1.2 – Auxiliar de Escritório para a digitação dos serviços executados e auxílio nos controles gerais, conforme item AD 39.05.0080 DO SCO.

01 x 176h/mês x 12 meses = 2.112h;

05.1.3 – Encarregado para a distribuição das atividades diárias das equipes de manutenção, apoio logístico em campo, supervisão das atividades inerentes às intervenções na IP, conforme item AD 39.05.0116 DO SCO.

01 x 176h/mês x 12 meses = 2.112h;

05.1.4 – Eletricista para realização de fiscalizações e instalações elétricas para manutenção, conforme item SC 09.05.0450 DO SCO.

01 x 176h/mês x 12 meses = 2.112h;

A manutenção tem por objetivo atingir o nível de qualidade do serviço especificado neste Projeto Básico através de ações preventivas e corretivas com fornecimento e aplicação dos materiais e equipamentos que se façam necessários. Para a consecução desse objetivo, caberá à CONTRATADA a realização das seguintes atividades:

- a) Organizar um conjunto de equipes de manutenção, devidamente uniformizadas e com identidade visual própria, associada à identidade do MUNICÍPIO, de modo a evidenciar que a manutenção corretiva e preventiva do Sistema de Iluminação Pública do Município esteja sendo realizada pela CONTRATADA a serviço do MUNICÍPIO;
- b) Manter controle físico do patrimônio de iluminação pública do MUNICÍPIO, atualizando seus dados cadastrais imediatamente após cada intervenção de qualquer natureza no Sistema;
- c) Realizar as intervenções necessárias nos pontos com defeitos, dentro dos prazos previstos neste Projeto Básico;
- d) Interagir com o serviço de atendimento telefônico para permitir intervenções de emergência;
- e) Realizar rotinas de inspeção e verificação periódicas (ronda diurna e noturna) para o bom funcionamento do Sistema de Iluminação Pública em seu conjunto e de seus equipamentos de comando, de acordo com estatísticas de falhas fornecidas por sistema informatizado de gerenciamento do Sistema de Iluminação Pública;
- f) Realizar a manutenção preventiva e corretiva, de acordo com as obrigações de resultado, quanto a:
 - garantia de funcionamento;
 - garantia do nível de iluminamento;
 - garantia de disponibilidade do Sistema;
 - garantia de excelência no aspecto visual e estético.



05.2 – DOS SERVIÇOS DE GESTÃO:

A Gestão está diretamente vinculada ao registro e monitoramento de dados, planejamento, programação e controle das intervenções na rede de iluminação pública, visando à obtenção dos melhores resultados e propiciando a aplicação adequada e controlada dos recursos despendidos nestas intervenções. A Gestão deve fornecer os parâmetros necessários ao controle, pelo Município, do atendimento aos munícipes, da situação do parque de iluminação pública, da evolução dos trabalhos, de prazos, preços e qualidade dos serviços, monitorando as seguintes funções:

- Avaliação do parque de iluminação existente visando identificar pontos de melhoria;
- Elaboração do planejamento, programação e o controle dos serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de iluminação pública;
- Gestão de materiais e equipamentos, inclusive quanto à sua evolução tecnológica;
- Implantação e manutenção de um sistema de informações gerenciais;
- Aplicação de sistema de garantia da qualidade aos serviços prestados;
- Gestão do uso de energia elétrica na iluminação pública.

O mecanismo de contratação proposto visa suprir as necessidades da administração Pública com um eficiente modelo de prestação de serviços na Iluminação Pública, o objetivo é que empresas apresentem seus preços para o valor médio mensal por ponto de Iluminação Pública para manutenção do sistema, com esse valor a empresa deve garantir o perfeito funcionamento dos serviços, mantendo-os com um índice de funcionamento irregular inferior a 02% (dois) por cento, conforme tabela abaixo:

TABELA 01

PRAZO DE CONTRATAÇÃO	ÍNDICE DE FUNCIONAMENTO IRREGULAR MÁXIMO DA CIDADE	PRAZO DE ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES APÓS EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO
De 01 a 30 dias	16%	20 dias
De 31 a 60 dias	12%	20 dias
De 61 a 90 dias	8%	15 dias
De 91 a 120 dias	5%	10 dias
De 121 a 180 dias	3%	05 dias
Acima de 180 dias	2%	03 dias

05.3 - DOS MATERIAIS ELÉTRICOS

Para a perfeita execução dos serviços a empresa contratada deverá utilizar os materiais contidos, quantificados e especificados a Planilha de Orçamento Analítico por Serviço (Anexo I).

05.4 – DOS EQUIPAMENTOS:

A empresa prestadora do serviço deverá disponibilizar os seguintes equipamentos:

05.4.1 – Para as equipes de manutenção – 02 (Dois) caminhões com carroceria fixa, cesto duplo, com motorista operador, material de operação e material de manutenção, com as seguintes especificações mínimas: motor diesel de 162CV, guindaste hidráulico acoplado de 15,5TF/M de momento de carga útil, lança com cesto duplo com alcance de 16M de altura, sinalizador visual rotativo amarelo ou âmbar. Custo horário produtivo. (Desonerado) conforme item EQ 04.05.0450 do catálogo EMOP.

02 x 46,50/mês x 12 meses = 1.116h;



05.4.2—Veículo de Serviço, Motor 1.0, com ar-condicionado, direção hidráulica, rádio, inclusive combustível, seguro, lubrificação, manutenção, licenciamento, quilometragem livre, sem motorista conforme o item AD 14.15.0750 do catálogo do SCO.

01 x 176h/mês x 12 meses = 2112h;

06 – QUANTITATIVO DA JORNADA E SETORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços deverão ser prestados da seguinte forma, obedecendo aos seguintes parâmetros:

Jornada de Trabalho: 08(oito) horas / dia – de segunda à sexta-feira;

22(vinte e dois) dias por mês;

Quantitativo de horas/mês: $(08 \times 22) = 176h / \text{mês}$

Quantitativo de horas/período/unidade da jornada de trabalho: **176 h / mês x 12 meses = 2.112 h / período.**

A empresa a ser contratada atenderá as ordens de serviço emitidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energias de Paracambi.

A rotina de auditoria será diária, através de visita em campo demonstrada em relatório de inspeção, constando identificação do auditor e dos logradouros atendidos. A cada 30 dias será fechada a auditoria de 01 (um) período, tornando possível a verificação da qualidade e medição dos serviços, bem como a verificação de irregularidade e suas devidas correções imediatas.

Todas as ações de manutenção deverão gerar informações à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energias de Paracambi, através de relatórios específicos, a empresa deverá apresentar mensalmente ou quando solicitado pela CONTRATANTE, durante a vigência do contrato, relatório dos serviços executados e dos materiais instalados.

Todos os materiais a serem aplicados no processo de manutenção deverão ser previamente vistoriados e aprovados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energias de Paracambi, conforme especificações técnicas de materiais que compõem este projeto básico.

A empresa se obrigará a executar a manutenção de todos os pontos de luz existentes e deverá também manter sistema de comunicação permanente entre a fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energias de Paracambi, as equipes técnicas responsáveis.

Caberá exclusivamente à empresa a responsabilidade por quaisquer acidentes no trabalho relacionados à execução dos serviços contratados, bem como responder por todos os danos causados a Prefeitura ou a terceiros.

A empresa deverá retirar imediatamente da base, qualquer funcionário subordinado que a critério da fiscalização, venha a demonstrar conduta inadequada ou incapacidade técnica.

A empresa deverá executar seus serviços e gerir as informações sobre as atividades realizadas fornecendo à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energias de Paracambi, relatórios dos serviços realizados e das alterações executadas no sistema de iluminação pública durante o desenvolvimento das atividades da empresa. As informações apresentadas deverão conter minimamente:

- Ordens de Serviços executadas (corretiva e preventiva)
- Materiais aplicados no Sistema de Iluminação Pública;
- Modificações realizadas no cadastro inicial sejam por manutenção em campo. Seja por edição de dados (Inclusão, exclusão, alteração).

Para efeito das medições dos serviços, ao final de cada período (mensal) a empresa contratada apresentará a planilha de medição de serviços padrão (vide Anexo I) e Planilha de Orçamento Sintético (vide Anexo III), confeccionadas pelo responsável pela execução dos serviços e conferida pelo servidor responsável pelo setor de Iluminação Pública.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energias de Paracambi, atestará a nota fiscal e os serviços descritos na planilha de medição, acompanhada com uma via da nota fiscal, a qual ficará arquivada na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energias de Paracambi poderá solicitar a empresa, mediante expediente por escrito, a realização de serviços extras além do horário diurno normal inclusive aos sábados, domingos e feriados, de acordo com as necessidades da administração.

07 – LÂMPADAS:

A utilização desse item tem como objetivo realizar complementos à iluminação existente, substituição de equipamentos depreciados, vandalizados, abalroados e/ou tragam risco de queda, a programação dessas atividades deverá ser apresentada, acompanhada de orçamento, para a aprovação pelo Município.



Caberá à CONTRATADA realizar os serviços observando as premissas acima apresentadas e atendendo todas as exigências requeridas em programa ou projeto específico conduzido sob as diretrizes dos seguintes critérios e procedimentos:

O preço final de cada intervenção será obtido pela multiplicação dos preços unitários da planilha de que trata o item acima pelas quantidades dos respectivos serviços a serem realizados e, em seguida, pelo valor do Percentual de Desconto da proposta da CONTRATADA.

Após aceitação do orçamento apresentado pela CONTRATADA por parte da Fiscalização, o MUNICÍPIO formalizará a autorização para início da execução dos serviços.

O projeto será objeto de análise e passível de veto pelo MUNICÍPIO, para o que será franqueado acesso à Fiscalização, e deverá observar as normas urbanísticas e ambientais determinadas pelos órgãos competentes. A análise do projeto pela Fiscalização não exime a CONTRATADA da responsabilidade, que é só sua, para que sejam atingidos os índices mínimos de qualidade estabelecidos neste Projeto Básico.

O projeto deverá atender, também, os seguintes requisitos técnicos:

- Não comprometer a estética urbanística do logradouro;
- Utilizar um único modelo de luminária, exceção para os casos em que o projeto urbanístico exija mais de um modelo;
- Reutilizar materiais e equipamentos se estiverem em condições de uso e que não comprometam a estética urbanística do logradouro;
- Revisar e/ou substituir todas as conexões com a rede elétrica, no âmbito do sistema de Iluminação Pública;
- Implantar preferencialmente circuito independente para iluminação pública.

É direito do MUNICÍPIO recusar qualquer tipo de material ou equipamento que esteja sendo indicado no projeto e que não atenda às especificações definidas neste Projeto Básico, sem que com isso tenha que pagar qualquer valor adicional ao já estabelecido no Contrato;

Na hipótese da excepcionalidade em que o fornecimento de materiais ou equipamentos seja realizado pelo MUNICÍPIO, é direito da CONTRATADA recusar aqueles que não atendam as especificações definidas nos itens anteriores, cabendo ao MUNICÍPIO promover a sua imediata substituição ou alterar a execução dos serviços para o regime de empreitada integral ("*turnkey*"), com a revisão e a adequação do correspondente orçamento. Para evitar essa situação o MUNICÍPIO poderá, nas inspeções de recebimento dos materiais e equipamentos adquiridos, utilizar-se dos serviços de engenharia da CONTRATADA.

Abalroamento de Postes: A CONTRATADA apresentará orçamento ao Município para realização, após a devida aprovação, de obras de recuperação de instalações do sistema de iluminação pública afetadas por abalroamento de postes ou vandalismo, sob as diretrizes dos seguintes critérios e procedimentos:

- Os trabalhos devem ser precedidos de perícia técnica promovida pela própria CONTRATADA em conjunto com uma equipe de fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energias de Paracambi, para determinar a extensão dos danos, bem como a necessidade ou não de substituição do poste, que em caso positivo e se esse pertença à



concessionária, será encaminhado solicitação específica à LIGHT para tal feita, e sujeita à aprovação do MUNICÍPIO;

- Paralelamente, deverá a CONTRATADA apresentar à Fiscalização do MUNICÍPIO o croqui do local do abaloamento ou da ação de vândalos, acompanhado do orçamento com a discriminação dos materiais e mão de obra utilizados dos serviços relativos à substituição dos elementos danificados;
- O orçamento será elaborado de acordo com valores unitários constantes na Planilha de Orçamento Analítico por Serviço (Anexo II);
- O preço final de cada substituição de poste abalroado e/ou da ação de vandalismo será obtido pela multiplicação do valor da planilha do respectivo empreendimento, pelo Percentual de Desconto da proposta da CONTRATADA.

Outros Serviços Técnicos Especializados: Com relação a outros serviços técnicos especializados, a CONTRATADA executará:

Serviços de Engenharia: A CONTRATADA executará, a pedido e a critério do MUNICÍPIO, serviços de engenharia ligados à iluminação em geral, consultorias, projetos e assistência técnica, bem como operações de fiscalização de obras. Tais serviços serão oferecidos pela CONTRATADA em função das solicitações e terão seus orçamentos elaborados, negociados e aprovados junto à Fiscalização do MUNICÍPIO.

O orçamento de cada serviço será elaborado de acordo com valores unitários constantes na Planilha de Atividades e Orçamentos por Preço Unitário.

A empresa deverá operar seu estoque de componentes do sistema com perfeição juntamente, a fim de garantir a disponibilidade imediata de qualquer item necessário como lâmpadas, reatores, luminárias, etc. bem como manter em perfeito estado de conservação suas ferramentas de trabalho, equipamentos, veículos, etc. sob pena de advertência por escrito e na reincidência, pena de rescisão contratual e penalidades cabíveis.

08 – ÍNDICE DE PREÇOS E VALOR GLOBAL DOS SERVIÇOS:

Os índices de preços a serem utilizados serão os do sistema **EMOP com mês base 01/2017 e SCO/FGV com mês base 01/2017**, conforme Planilha de Orçamento Analítico por Serviço (Anexo I).
Com base no valor global do orçamento, já com o BDI de 25%.

09 - FISCALIZAÇÃO

Todos os serviços executados no sistema de Iluminação Pública serão sujeitos à fiscalização por parte da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energias e a Contratada é obrigada a permitir o acesso às dependências onde se desenvolvem os serviços do presente contrato.

Após a comunicação da execução e do término dos serviços, os mesmos serão conferidos para aceitação, podendo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energias rejeitá-los no todo ou em parte em função das inconformidades ocorridas. Neste caso, a parte rejeitada deverá ser refeita sem ônus para a PMP.



A fiscalização pelo Município não exime a Contratada, na forma da lei, da fiel execução dos serviços contratados, ficando sob a sua responsabilidade todas as despesas diretas e indiretas cabíveis.

A Contratada obriga-se a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, bem como a apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) referente ao contrato, junto com a primeira medição de serviços.

Quaisquer danos provocados ao Município ou a terceiros, advindos da prestação dos serviços, serão imediatamente reparados ou indenizados pela empresa.

O Município manterá na fiscalização dos serviços, funcionário(s) ou representante(s) por ela designado(s), credenciado(s) junto a Contratada, com autoridade para exercer em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços.

Será permitido, a qualquer horário, o acesso da fiscalização às dependências da Contratada.

A Contratada deverá apresentar à Fiscalização, mensalmente, relatório dos materiais efetivamente aplicados na modernização de iluminação pública, por logradouro, obra ou serviço realizado.

10 - ORDENS DE SERVIÇO

Será adotado Ordem de Serviço pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energias para a autorização da execução de serviços de Manutenção por parte da Contratada.

11 - INTERAÇÃO COM OUTROS ÓRGÃOS

11.1 Caberá à Contratada comunicar e obter a anuência da Fiscalização, quando houver necessidade de interação com outros órgãos públicos ou concessionários de serviços públicos como LIGHT Serviços de Eletricidade S.A., Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Polícia Rodoviária Federal, concessionárias de telefonia e TV a cabo, havendo necessidade de obter autorização ou apoio para o desenvolvimento dos trabalhos.

12 - NORMAS TÉCNICAS

12.1 Todos os serviços a serem desenvolvidos deverão ser executados segundo os padrões e requisitos previstos nas normas pertinentes e vigentes do Município, LIGHT Serviços de Eletricidade S.A. e da ABNT, e na falta destas, a norma internacional IEC, bem como as relativas à Segurança e Medicina no Trabalho, e ao Trânsito, e a NR-10.

12.2 Os passeios ou logradouros públicos que forem danificados durante as execuções dos serviços deverão ser recuperados pela Contratada, em estrita obediência ao código de posturas do Município.

13 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 A Contratada obriga-se a comunicar à Prefeitura Municipal de PARACAMBI, todas as circunstâncias ou ocorrências que, constituindo motivos de força maior, não permitiram a correta execução dos serviços.

13.2 A Contratada fica obrigada a cumprir a todas as exigências normativas e legais pertinentes à segurança do trabalho e observar com rigor as leis trabalhistas, previdenciárias e securitárias e facultar ao Município a fiscalização da exata observância da legislação específica por parte da Contratada.

13.3 A Contratada assumirá integral responsabilidade pela eficiência dos serviços que efetuar, bem como por quaisquer danos ou prejuízos pessoais ou materiais que, em razão da execução dos serviços, venham a ser causados ao Município ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos.



13.4 A Contratada deverá reembolsar o Município por quaisquer danos aos materiais, equipamentos ou ao seu patrimônio durante a execução dos serviços.

13.5 Serão de responsabilidade da Contratada todos os encargos, ônus e despesa relativas ao fornecimento, transporte, seguro e manutenção de todos os equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços.

13.6 A Contratada obriga-se a manter seus empregados devidamente uniformizados e identificados e a providenciar e exigir o uso de equipamentos de segurança individuais e coletivos necessários à perfeita execução dos trabalhos, observando as normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

13.7 A Contratada obriga-se a sinalizar, com equipamento adequado de acordo com as exigências do Código Nacional de Trânsito, os locais onde estiverem sendo executados os serviços.

13.8 A Contratada deverá utilizar somente pessoal comprovadamente habilitado para os serviços técnicos, podendo a Fiscalização solicitar o afastamento de empregados que entender não habilitados.

13.9 A Contratada deverá identificar seus veículos através de adesivos nas laterais com, no mínimo, os seguintes dizeres:

13.10 A Contratada deverá manter instalações adequadas à execução do contrato, no Município de PARACAMBI, ou a uma distância não superior a 10 km da divisa do mesmo, conforme especificado neste Projeto Básico.

13.11 A Contratada deverá dirigir tecnicamente os serviços e obras, executando-os com rigorosa observância ao estabelecido no edital, bem como na forma da lei, respeitando as Normas Técnicas Brasileiras, as Normas Técnicas da Concessionária e o Código de Obras do Município, assumindo a responsabilidade civil por qualquer erro ou imperícia.

13.12 A Contratada deverá coordenar com o Município a execução do objeto do contrato, acatar as determinações da Fiscalização e prestar informações sempre que solicitado.

13.13 A Contratada deverá reparar e ou substituir os braços, bem como sua fiação interna, inspecionar as caixas de passagem verificando os estado da fiação e repondo, sempre que necessário, suas tampas, executar reparos ou substituições de chaves de comando e revisar e reapertar as conexões de forma a garantir o bom funcionamento do sistema de iluminação pública.

13.14 Considerando que a maior parte do sistema de iluminação pública está instalada em redes de distribuição de energia elétrica da Concessionária LIGHT, deverá a Contratada obedecer rigorosamente às normas de operação e de segurança para serviços em rede de energia elétrica energizadas.

13.15 A Contratada se responsabiliza pela obtenção de autorização para realizar serviços no sistema de distribuição da LIGHT Distribuição S.A., solicitando com a devida antecedência os desligamentos, quando necessários, respeitando os prazos impostos pela Concessionária.

13.16 A Contratada se obriga a informar à Concessionária, todas as intervenções no sistema de distribuição que possam determinar mudanças no diagrama unifilar e na operação das redes de distribuição.

13.17 A Contratada deverá elaborar relatório mensal com o número de pontos de iluminação pública e suas respectivas potências para que possa ser atualizado o faturamento da energia consumida pelo sistema.

13.18 A Contratada deverá registrar o presente contrato no CREA e encaminhar ao Município, cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica, juntada à primeira Nota Fiscal/Fatura de Serviço.

17 - DOTAÇÃO

ORIGEM DOS RECURSOS: 100 – RECURSO PRÓPRIO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.05.00.00.00

DOTAÇÃO: 1317



18- CONSIDERAÇÕES GERAIS:

Qualquer questão relativa a execução dos serviços não prevista neste projeto básico será prontamente resolvida pela fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energias de Paracambi, respeitando o interesse público, em comum acordo com a empresa prestadora dos serviços.

Todos os equipamentos, veículos e ferramentas deverão estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, cabendo a fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energias de Paracambi, solicitar a substituição dos mesmos caso julgue necessário.

Os serviços poderão ser executados fora do horário comercial e nos dias fora do expediente normal, a critério da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energias de Paracambi.

Visando possibilitar às licitantes a correta avaliação do estado do sistema de iluminação nas vias públicas municipais. A análise detalhada do sistema de iluminação nas vias públicas deverá ser realizada por ocasião da visita técnica, e as condições encontradas deverão ser levadas em conta na elaboração da PROPOSTA COMERCIAL. As licitantes não poderão alegar futuramente qualquer desconhecimento em relação a eventuais problemas nesse sistema, nem requerer reequilíbrio econômico financeiro de preços ou custos não considerados nas planilhas integrantes da composição de preços da PROPOSTA COMERCIAL em função de estado de conservação do sistema de iluminação nas vias públicas como um todo.



ANEXO I – PROJETO BÁSICO

REF.: EMOP 01/2017 e SCO 01/2017 - DESONERADO

ANEXO I - MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO		
1	EMOP / SCO	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		
1,01	AD 39.05.0122(/)	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR.,INCLUSIVE ENCARGO S SOCIAIS	H	2.112,0000
Cálculo: 01 func. * 8h / dia * 22 dias / mês * 12 meses				
1,02	AD 39.05.0080	MAO-DE-OBRA DE AUXILIAR DE ESCRITORIO,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	2.112,0000
Cálculo: 01 func. * 8h / dia * 22 dias / mês * 12 meses				
2	EMOP / SCO	EQUIPE DE MANUTENÇÃO		
2,01	AD 39.05.0116	MAO-DE-OBRA DE ENCARREGADO PARA SERVICOS DE ILUMINACAO PUBLICA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS(SUPERVISÃO DAS EQUIPES DE MANUTENÇÃO)	H	2.112,0000
Cálculo: 01 func. * 8h / dia * 22 dias / mês * 12 meses				
2,02	SC 09.05.0450	MAO-DE-OBRA DE ELETRICISTA PARA SERVICOS DE ILUMINACAO PUBLICA,,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	2.112,0000
Cálculo: 01 func. * 8h / dia * 22 dias / mês * 12 meses				
3	EMOP / SCO	VEICULOS / EQUIPAMENTOS		
3,01	EQ 04.05.0450	CAMINHÃO CARROCERIA FIXA, CAPACIDADE DE 7,5T, CESTO DUPLO, COM MOTORISTA OPERADOR, MATERIAL DE OPERACAO E MATERIAL DE MANUTENCAO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICACOES MINIMAS: MOTOR DIESEL DE 162CV, GUINDASTE HIDRAULICO ACOPLADO DE 15,5TF/M DE MOMENTO DE CARGA UTIL, LANCA COM CESTO DUPLO COM ALCANCE DE 16M DE ALTURA, SINALIZADOR VISUAL ROTATIVO AMARELO OU AMBAR. CUSTO HORARIO PRODUTIVO.(DESONERADO)	H	2.000,0000
Cálculo: 02 veículos (01 diurna + 01 noturna) * 2,10h / dia * 22 dias / mês * 12 meses				
3,02	AD 14.15.0750 (B)	VEICULO DE SERVICO, MOTOR 1.0, COM AR-CONDICIONADO, DIRECAO HIDRAULICA, RADIO, INCLUSIVE COMBUSTÍVEL, SEGURO, LUBRIFICACAO, MANUTENCAO, LICENCIAMENTO, QUILOMETRAGEM LIVRE, SEM MOTORISTA. CUSTO MENSAL -(SUPERVISAO DAS EQUIPES DE MANUTENÇÃO)	UNIDADE E.MES	10,0000
Cálculo: 01 veículo *12 meses				
4	EMOP / SCO	MATERIAL / IP		
4,01	IP 49.25.0901(/)	LAMPADA DE VAPOR DE SODIO, ALTA PRESSAO, POTENCIA DE 100W, BASE E-40, BULBO TUBULAR, CORRENTE NA LAMPADA 1,2 A TENSÃO NA LAMPADA 100V, PULSO DE ACENDIMENTO 2,8 A 4,0KV, FLUXO LUMINOSO NOMINAL >=9000 LM, TEMPERATURA DE COR>= 2000K, VIDA MEDIA >+ 24000HS, POSICAO DE FUNCIONAMENTO UNIVERSAL EM-RIOLUZ NO 57 NBR IEC 662. FORNECIMENTO.(DESONERADO)	UN	300,0000
Cálculo: quantidade prevista de utilização para o período contratado.				
4,02	IP 49.25.0902(/)	LAMPADA DE VAPOR DE SODIO, ALTA PRESSAO, POTENCIA DE 150W, BASE E-40, BULBO TUBULAR, CLARO, CORRENTE NA LAMPADA 1,8 A TENSÃO NA LAMPADA 100V, PULSO DE ACENDIMENTO 2,8 A 4,0KV, FLUXO LUMINOSO NOMINAL >=14500 LM, TEMPERATURA DE COR>= 1950K, VIDA MEDIA >+ 24000HS, POSICAO DE FUNCIONAMENTO UNIVERSAL EM-RIOLUZ NO 57 NBR IEC 662. FORNECIMENTO.(DESONERADO)	UN	300,0000
Cálculo: quantidade prevista de utilização para o período contratado.				
4,03	IP 49.25.0903(/)	LAMPADA DE VAPOR DE SODIO, ALTA PRESSAO, POTENCIA DE 250W, BASE E-40, BULBO TUBULAR, CLARO, CORRENTE 3A, TENSÃO 100V, PULSO DE ACENDIMENTO 2,8 A 4,5KV, FLUXO LUMINOSO NOMINAL >=25000 LM, TEMPERATURA DE COR>= 20000 K, VIDA MEDIA >+ 24000HS, POSICAO DE FUNCIONAMENTO UNIVERSAL A NBR - 662 E EM-RIOLUZ NO 57. FORNECIMENTO.(DESONERADO)	UN	300,0000
Cálculo: quantidade prevista de utilização para o período contratado.				



4,04	IP 49.25.1000(/)	LAMPADA DE VAPOR DE SODIO, ALTA PRESSAO, POTENCIA DE 400W, BASE E-40, BULBO TUBULAR, CLARO, CORRENTE 4,6A, TENSAO 100V, PULSO DE ACENDIMENTO 2,8 A 4,5KV, FLUXO LUMINOSO NOMINAL >=47500 LM, TEMPERATURA DE COR>= 19500 K, VIDA MEDIA >+ 24000HS, POSICAO DE FUNCIONAMENTO UNIVERSAL A NBR - 662 E EM-RIOLUZ NO 57. FORNECIMENTO.(DESONERADO)	UN	300,0000
Cálculo: quantidade prevista de utilização para o período contratado.				



ANEXO II – PROJETO BÁSICO

REF.: EMOP 01/2017 e SCO 01/2017 - DESONERADO

ANEXO II - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

MEDIÇÕES	NÚMERO DE MESES CONSECUTIVOS											
	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	11°	12°
1ª MEDIÇÃO	■											
2ª MEDIÇÃO		■										
3ª MEDIÇÃO			■									
4ª MEDIÇÃO				■								
5ª MEDIÇÃO					■							
6ª MEDIÇÃO						■						
7ª MEDIÇÃO							■					
8ª MEDIÇÃO								■				
9ª MEDIÇÃO									■			
10ª MEDIÇÃO										■		
11ª MEDIÇÃO											■	
12ª MEDIÇÃO												■



ANEXO III – PROJETO BÁSICO

REF.: EMOP 01/2017 e SCO 01/2017 - DESONERADO

ANEXO II - PLANILHA DE ORÇAMENTO SINTÉTICO

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	R\$ PARCIAL
1	EMOP / SCO	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	
2	EMOP / SCO	EQUIPES OPERACIONAIS, DE LEVANTAMENTO, SUPERVISÃO E ATENDIMENTO AO MUNÍCIPIES - MANUTENÇÃO	
3	EMOP / SCO	VEÍCULOS / EQUIPAMENTOS	
4	EMOP / SCO	MATERIAL / IP	

TOTAL ORÇADO	
BDI 25%	
TOTAL GERAL	



ANEXO 8 ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Atesto que o Srº _____, portador da carteira de identidade nº _____, representando a empresa _____, CNPJ _____, sediada a _____ nos termos do Edital de Pregão Presencial nº ____/CPL/2017, através de visita realizada junto à Secretaria Municipal de Administração, Educação e esporte e Saúde, tomou conhecimento e esta ciente das condições, dos locais e que recebeu instruções e informações adicionais necessárias à prestação dos serviços objeto desta licitação, não havendo, portanto, nenhuma dúvida que prejudique a apresentação de uma proposta completa e com todos os detalhes.

Paracambi _____ de _____ de 2017.

Assinatura e carimbo do responsável
Secretário Municipal

Assinatura do Representante da Licitante



COMPROVANTE DE RETIRADA DE EDITAL

LICITAÇÃO N.º 012/CPL/2017
PROCESSO N.º 990/2017
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
ORIGEM DOS RECURSOS: 100 – RECURSO PRÓPRIO
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39.05.00.00.00
DOTAÇÃO: 1317

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 720.000,00 (Setecento e vinte mil reais).

VISITA TÉCNICA E RETIRADA DO ATESTADO DE VISITA TÉCNICA: Do dia da Publicação do edital, até a véspera da data de entrega dos envelopes no horário de 10:00 às 16:00 horas.

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 09 DE JUNHO DE 2017 ÀS 10:00 HORAS

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 09 DE JUNHO DE 2017 ÀS 10:00 HORAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E TODAS AS ATIVIDADES QUE PARA TANTO SE FAÇAM NECESSÁRIAS NO MUNICÍPIO DE PARACAMBI.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103, mediante entrega de 01 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INFRAESTRUTURA E ENERGIAS DE PARACAMBI.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (DOZE) meses a partir da data de assinatura do contrato.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Minuta de Contrato
Anexo 7	-	Projeto Básico
Anexo 8	-	Atestado de Visita Técnica

ELIAS FERREIRA DA ROSA
Pregoeiro

RAZÃO SOCIAL		CARIMBO DO CNPJ
TELEFONE:		
E-MAIL:		
RECEBIDO POR:	DATA:	